

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária nº 5
de 25 - 06 - 2022

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
António José Gomes Nabeiro	1º Secretário	P
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Manuel Cândido Afonso a)	P	Amado Dias	P
António Manuel Domingues	P	Maria Filomena Teixeira Reis d)	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	P	Alfredo Domingues	F
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	Amadeu Esteves	P
Márcio António Silva Alves b)	P	Ricardo Jorge Alves	F
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Sónia Durães c)	P	José Manuel Alves Fernandes e)	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Tiago José Baleixo Lourenço	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	F		
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Maria José Rodrigues Dias
- b) Substitui Catarina Mira
- c) Substitui Alexandra Cláudia de Sousa Táboas
- d) Substitui Edgar Fernando Barreiros Rodrigues
- e) Substitui Manuel Fernando Teixeira Pereira



Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu a Assembleia Municipal.

Presidiu a reunião Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, a qual de seguida, por motivo de ausência da primeira secretária, Catarina Aurora Rodrigues Mira, propôs para fazer parte da mesma a deputada Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa. Não havendo oposição procedeu-se ao início da reunião.

Seguidamente foi colocada à discussão a proposta de Ata da reunião de 30 de abril de 2022 e não havendo qualquer reparo, procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto n.º35	Período de “Antes da Ordem do Dia”
-------------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram-se os Deputados: Aurora Soares, Manuel Rodrigues, Manuel António Almeida e Augusto Pinto.

A deputada Aurora Soares, iniciou a sua intervenção, cumprimentando a Senhora Presidente e a restante mesa, o Senhor Presidente da Câmara e o restante executivo, as senhoras e senhores deputados, e ao público presente. Começou a sua intervenção por abordar uma questão que já tinha abordado numa reunião anterior, mas que não viu resolvida e, por isso, volta a salientar, a questão do lixo. Já nessa altura disse que deveria ser reforçada a recolha do lixo, bem como, serem levadas a cabo ações de sensibilização junto das pessoas para a colocação dos lixos nos ecopontos e contentores. Questionou o Senhor Presidente, se foi tomada alguma medida nesse sentido, porque não houve grandes melhorias nesse aspeto em relação à recolha do lixo. Prosseguiu, referindo que na festa do Alvarinho, bem como, nos dias posteriores à festa, no feriado, e na terça-feira à noite, na zona da festa, o lixo ainda continuava amontoado junto aos contentores. A situação repetiu-se no feriado municipal e no feriado do Corpo de Deus. Talvez não houvesse falta de recolha do lixo, mas seja a falta de sensibilidade das pessoas para a colocação de lixo nos ecopontos. Mas, sentiu um bocadinho de vergonha alheia quando na

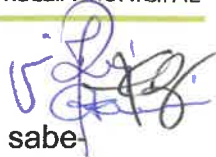


procissão da Senhora da Orada, no feriado municipal, numa das ruas principais onde passava a procissão, o lixo se encontrava todo amontoado junto aos contentores. Na véspera do Corpo de Deus estavam várias caixas e caixotes amontoados junto aos contentores. Houve vento e esse lixo foi espalhado pela rua, pelos lugares de estacionamento e mantinha-se a situação no dia seguinte e só não se manteve na hora da procissão porque alguém pediu a uma funcionária da limpeza urbana para recolher esse lixo.

Por tudo o referido a deputada Aurora Soares considera que terá que ser feito mais alguma coisa, serem levadas a cabo ações de sensibilização e fiscalização, porque a fiscalização serve para garantir que essas situações não se voltem a repetir. Estarmos numa época em que estão a chegar os emigrantes e turistas e é preciso ter em atenção essas situações, não só na vila como nas freguesias em altura de festas. Por vezes pode ser apenas uma questão de mudar a logística da recolha do lixo.

Pedi para tomarem em consideração esta situação, porque nestas alturas, nestes feriados, houve aqui muita gente de fora que olhavam com estranheza para o lixo fora dos contentores.

O deputado Manuel Rodrigues, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos à Mesa da Assembleia, ao Executivo e aos restantes deputados, e ao publico presente. A sua intervenção tem a ver com o ensino superior. Felizmente temos ensino superior há muitos anos e, há dias, foi noticiado que o IPVC ia ter uma nova oferta formativa. Trata-se do curso técnico superior profissional em turismo e gastronomia e vinhos. Tendo em Melgaço, como atrás referiu, ensino superior há muitos anos, ótimas instalações e capacidade para acolher esse curso, ficou a saber que o mesmo vai ser ministrado no concelho vizinho, o que naturalmente deixa orgulhoso o Senhor Presidente desse Concelho. Este fez uma declaração pública, que passou a citar. “Desde que cheguei ao município, em 2017, sempre tive como prioridade a aposta na educação, depois de muito trabalho, começamos a ver recompensada toda a nossa dedicação e empenho. O novo curso ligado à gastronomia e vinhos vai potenciar a capacidade produtiva e empreendedora do Concelho, gerando mais uma oportunidade aos nossos jovens.” Fim de citação, Ora



tendo Melgaço, ótimas instalações e capacidade para acomodar esse curso., sabe-se que esse curso vai ser ministrado em instalações provisórias em Monção.

Tendo dito o Presidente da Câmara que pretendia captar novos cursos para polo de Melgaço, Colocou as seguintes questões: o que falhou para o curso não ser ministrado em Melgaço? Foi falta de vontade política? Falta de força política? Falta de dedicação e empenho? Agradecia que o Senhor Presidente esclarecesse esta situação.

Também relativamente ao ensino superior, na altura da aprovação das contas o Deputado referiu, nesta assembleia, a questão de termos em Melgaço uma oferta de parapente e o Senhor Presidente ridicularizou. Veio a saber que os nossos alunos da Escola Superior de Educação, vão fazer as provas práticas de parapente a Valença e gostaria que lhe confirmassem se isto é verdade. Considera que se tivéssemos aqui qualquer coisa a relacionada com o parapente os nossos alunos não teriam que se deslocar.

O deputado António Almeida iniciou a sua intervenção apresentando os cumprimentos á Mesa da Assembleia, ao Executivo e aos restantes deputados. A sua intervenção foi para fazer alusão a dois eventos que acontecerem no nosso concelho no mês de junho: a Pegada Zero que contribui e muito para divulgação do nosso concelho, nomeadamente na divulgação o slogan” O concelho mais radical de Portugal” e, inauguração ou conclusão dos trilhos de montanha e junto à beira-rio.

No seguimento do que disse o deputado Manuel Rodrigues, referiu que está aqui há pouco tempo, como todos sabem, e existem no concelho empresas de desportos radicais e de natureza que ninguém da oposição nesta assembleia tentou puxar ou dinamizar. Fala-se em parapente, mas sabem se a execução do parapente do nosso Concelho é exequível? Alguém apresentou alguma proposta em concreto ao município? Acha que, sinceramente, gostava de ver todos nós a criar mais condições do que aquelas que já existem, para as empresas que estão cá no território, se desenvolverem mais.

O Deputado Augusto Pinto, iniciou a sua intervenção apresentando os cumprimentos á Mesa da Assembleia, Executivo e aos restantes deputados.



A sua breve intervenção é mesmo para a Senhora Presidente da Assembleia. Na última reunião aprovamos uma moção de repúdio relativamente ao episódio da novela, que posteriormente ia ser enviado para as diversas entidades. gostaria de saber se já obteve alguma resposta.

Tomou a Palavra a senhora presidente em resposta ao deputado Augusto Pinto para informar que a moção tinha sido encaminhada para todas as entidades, mas ainda não recebeu nenhum feedback. Se, entretanto, recebermos alguma, será comunicado a toda a Assembleia.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao que lhe foi questionado.

O senhor Presidente tomou a palavra para apresentar cumprimentos à senhora Presidente e na sua pessoa cumprimentar a Mesa. E cumprimentou de seguida todos os senhores deputados presentes e os colegas do executivo.

Começou por responder à primeira interpelação que foi da senhora deputada Aurora Soares, sobre a questão do lixo, sua gestão e tratamento no município. Referiu que se existe município que tem um cuidado exímio com o tratamento do lixo é o município de Melgaço. desafiou a senhora deputada a dar uma volta pelos concelhos vizinhos e verificar se existe a qualidade de tratamento do lixo e dos resíduos que existe no nosso concelho. É provável que, em algum momento, exista pontualmente alguma dificuldade. Foram apontados aqui dois momentos que de forma clara, são críticos. Um deles é a Festa da Alvarinho, evento em que se produz mais lixo. Mas, estamos a falar claramente de exceções que podem acontecer no nosso município. Deu nota uma nota de louvor aos serviços que, de forma abnegada, todos os dias fazem esse trabalho. E dizer também que, para além deste trabalho diário e permanente ao longo do ano, se tem feito também outras intervenções extraordinárias. Exemplo disso, há pouco mais de uma semana, no Rio Labreiro inauguramos a rede municipal de trilhos, 160km. Por altura da inauguração desses trilhos foi descoberta uma série de viaturas abandonadas no rio e foram todas retiradas com a colaboração da GNR, dos sapadores, dos bombeiros dos serviços da câmara, dos cnafs, e das nossas brigadas florestais. Todas estas entidades contribuíram para que essa retirada fosse feita e o Labreiro resgatado.



Como há anos atrás fizemos um trabalho extraordinário de recolha de entulho, que estavam colocados nos nossos montes e florestas e nesse trabalho financiado pelo SEUR, tivemos a possibilidade de retirar 250 toneladas de lixo acumulado nas nossas matas, hoje temos o território mais acautelado. Não significa que não tenhamos que estar atentos, não significa que não tenhamos que continuar a fazer trabalho até porque com o selo de sustentabilidade que o Município tem esse é um trabalho contínuo. É sermos capazes de manter o nosso território limpo, o nosso território ambientalmente saudável. Esse é um desafio para todos. Não é só para os serviços do município é para todos e, quando se vê alguma coisa que não está bem, devemos ser capazes de resolver e, quando passamos na rua e vemos lixo devemos ser capazes de o colocar no caixote do lixo. Ele próprio confessa que faz a sua parte e às vezes até dando uma imagem estranha, porque o Presidente da Câmara é visto a apanhar o lixo no meio da rua e coloca-lo no caixote, mas isto faz parte do seu ADN, e como disse e muito bem, a senhora deputada, é uma atitude que tem de ser de todos.

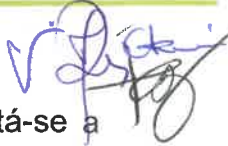
Aproveitou este ponto para dar uma nota de um desafio que já foi feito mas que entretanto ainda não se conseguiu concretizar. Esta matéria de recolha de resíduos é uma matéria sensível, não pelo facto de ser difícil fazê-lo, mas sensível até do ponto de vista económico, e todos sabemos que as taxas de recolha e deposição de lixo, nos nossos sistemas, e no nosso caso, na Valorminho, mas nos outros sistemas também. É uma realidade a nível nacional, as taxas estão a crescer de forma brutal, por exemplo, em números muito aproximados, no ano passado estaríamos a pagar cerca de vinte tal euros a tonelada de lixo que entregávamos no sistema e este ano estamos a pagar um valor próximo dos 50 euros por tonelada. É custo para todos nós, não só para o Município, porque todos nós temos que o pagar, e daí que o nosso município como todos os outros tem de fazer a sensibilização para a colocação do lixo nos ecopontos. Todo o resíduo que não é colocado devidamente é um resíduo que não é pago, não é entregue, não tem custos. É importante um trabalho grande na separação e, sobretudo, um trabalho grande na diminuição de resíduos depositados nos ecopontos. Para perceber melhor isso o desafio que faz a assembleia e aos presidentes de junta e deputados eleitos, é que nos juntemos num dia, e a Valorminho está completamente receptiva para que isso aconteça, e visitemos as instalações e todo o processo de tratamento de resíduos para perceber



bem como é que as coisas funcionam; onde está o peso do dinheiro que nós pagamos e como é que elas funcionam. Como poderemos realmente reduzir esta despesa, que é de todos. Assim, fica este desafio, depois poderemos agendar mediante a disponibilidade da Valorminho. Até pode ser num fim-de-semana, um sábado de manhã em que não haja Assembleia Municipal e assim poderemos ir a Valença.

Em resposta ao deputado Manuel Rodrigues em relação ao Ensino superior, referiu que não tem feito outra coisa que não seja trabalhar na área do ensino superior e na área do conhecimento, contrariamente a alguns que fazem foguetes, temos trabalhado a sério essa matéria, construindo a base de um edifício, que será relevante para o território e não só para Melgaço.

Depois deu nota de algumas contradições nas intervenções por parte dos senhores deputados do PSD. Quando a Câmara, há muitos anos, presidida pelo presidente Rui Solheiro, avançou para a construção de um centro de estágios, qual foi a postura do PSD? Quando a partir desse centro de estágios, inaugurado em 2001, foi possível trazer ensino superior, e sublinhou, Ensino superior para Melgaço, trazendo primeiro um curso que era da escola superior de educação para Melgaço e em 2009, ser reconhecida e criada a escola superior de desporto e laser, não ouviu elogios, não viu entusiasmo, e o reconhecimento do trabalho quando a Escola foi transferida para um novo edifício, de grande qualidade arquitetónica, mas sobretudo um edifício com capacidade de resposta, onde ficaram os elogios? Onde ficou o entusiasmo? Onde estiveram as redes sociais a dizer força sim senhor fizemos um grande trabalho, temos aqui algo de que nos podemos orgulhar. Não viu nada, quando a escola continua a crescer e hoje tem cerca de 500 alunos, com um curso consolidado, 3 CTESP, e sublinhou, com 3 CTESP a funcionar, ou seja, dois a funcionar e um a ser aberto ainda este ano, onde é que estão as referências? Não viu nenhuma. Depois anuncia-se um CTESP e foi dito de forma muito clara, um curso profissional que vem para funcionar no território Monção & Melgaço. Este CTESP foi desenhado pelo IPVC para o território Monção & Melgaço, na área do vinho e da gastronomia, e o IPVC considerou que as aulas teóricas funcionariam bem no polo da Eprami, e retiro o provisório pois aí é que está o engano, e a componente prática acontecer nas adegas e nas empresas, dos dois municípios.



Quando se anuncia isto, parece que aconteceu uma desgraça, porque está-se a perder o pé. Trata-se de um absoluto disparate, aquilo que vem é um CTESP, que também está acontecer em Paredes Coura, sendo que o senhor presidente da Câmara desse município não o anunciou, pelo menos que se saiba até ao momento. Esse tipo de curso será, em Paredes de Coura na área da indústria farmacêutica, nos Arcos de Valdevez, na área do automóvel, e da indústria automóvel e, também neste caso, não se ouviu o senhor presidente da Câmara de Arcos de Valdevez a anunciar o ensino superior nesse município. Em Monção está-se perante a mesma situação, com uma diferença que o senhor presidente da câmara desse município anunciou que tem ensino superior.

E acrescentou que não faz ilusionismos com estas coisas, que não tem jeito de mágico, ou seja, daquilo que não existe, criar qualquer coisa. Exemplo de um trabalho de persistência é a criação de um centro do conhecimento para o território Monção & Melgaço. Começou-se a discutir a partir de 2015 e hoje é uma realidade com um ano e dois ou três meses de existência. Foi em abril de 2021 que foi criado formalmente e hoje é uma realidade. Hoje é uma realidade acarinhada por todo o território do alto Minho. Todos os municípios querem entrar no Nutrir porque consideram que o Nutrir pode ser, e é, um instrumento de trabalho extraordinário, para a área alimentar, da floresta e da paisagem do alto Minho. A nível regional este projeto é reconhecido, acarinhado e até com o desafio que ele deixe de pertencer à NUT III e passe para NUT II, o que considera ser um erro.

Manter-se este projeto na NUT III, é consolidar-se na NUT III. A nível nacional é reconhecido como um exemplo. Prova disso foi termos a visita da Senhora Ministra do Conhecimento e do Ensino Superior, no dia 9 de julho, a visita Senhora Ministra Ana Abrunhosa e da Secretária de Estado Isabel Ferreira e de mais outras entidades ligadas ao sector do conhecimento e do Ensino Superior. Vieram cá para perceber o que esta acontecer no âmbito do Nutrir. E, perante um projeto destes alguém deu os parabéns por se estar a consolidar trabalho sério no território? É o futuro da economia ligada ao agroalimentar

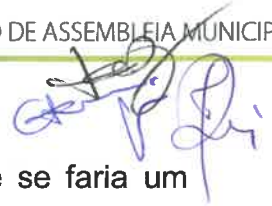
O deputado Manuel Rodrigues falou também do parapente, e colocou o parapente ligado à questão da Escola Superior de Desporto e Lazer. Os alunos estarão a fazer provas práticas em Valença? O senhor Presidente teve oportunidade



de dizer aos senhores vereadores da oposição, numa reunião de câmara, que fez uma nova abordagem a Ventominho, para que nos diga, e em definitivo, se há condições de segurança para nós pudermos ter parapente aqui no território. Estou à espera de que nos deem nota dessas condições. E por isso, também não vê qual é o problema de os nossos alunos da Escola Superior de Desporto e Lazer, terem que fazer provas, ali ou acolá; É bom sinal, é sinal que temos uma escola pujante, uma escola que precisa de várias valências, uma escola que desdobra e abre ao território, na sua totalidade, Não vê nenhum problema nisso mas também se está a procurar ter outras alternativas.

No seguimento disto, e entroncando com o que o deputado Almeida refere ao nível dos desportos natureza, também não temos de invejar nada a ninguém. Temos estruturas colocadas no território que nos permitem ser atrativos no turismo natureza. Temos empresas colocadas no território que nos permitem ser competitivos, quando fazemos desportos natureza, aproveitando as condições que o território oferece. Concorda com o que referiu o senhor deputado Almeida quando diz que todo o trabalho e iniciativas, toda a oferta na área do turismo de natureza nunca foram reconhecidos pela oposição, pelo contrário, em alguns momentos, e há provas documentais disso. Fizemos este percurso, extraordinário, ao longo dos últimos vinte a trinta anos, na área do desporto natureza, e, o problema agora é que ainda não conseguimos implementar, por questões de segurança, o parapente. A riqueza que as empresas trazem para o território neste ramo de atividade, e não é pouca, são milhares de pessoas que chegam ao território viradas para o desporto e natureza, nunca foi reconhecido, Estamos a por toda a questão numa atividade que não temos, por questões de segurança.

O deputado Augusto Pinto, fala da novela, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, já teve oportunidade de dar a sua resposta e acrescentou que a câmara municipal foi contactada pela TVI que ficou incomodada com o que aconteceu. E ficou incomodada com a reação que tivemos, e, por isso, contactou-nos. Tive oportunidade de fazer uma reunião com a direção de programas da TVI, e tiveram o cuidado de fazer o seguinte: visitar todos os episódios seguintes e o episódio da polémica, para que fossem sanadas polémicas futuras. A novela no conjunto dos outros episódios já não teve mais nenhuma referencia a esse episódio



e foi-lhe garantido que o último episódio se sanaria a questão e até se faria um elogio a Castro Laboreiro e ao cão de Castro Laboreiro. Além disso a TVI comprometeu-se, no momento certo, a fazer um programa ou um apontamento especial sobre Castro Laboreiro e o cão.

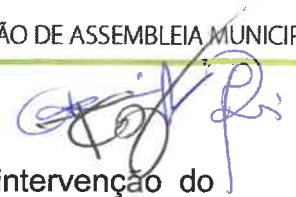
Em resposta a este último tema tomou a palavra deputada Aurora Soares e a Presidente da Assembleia para dizer que ainda há dois dias voltaram a referir, nessa novela, um habitante de Castro Laboreiro como um assaltante.

O deputado Manuel Rodrigues tomou a palavra, para retificar uma afirmação do Senhor Presidente. O Senhor Presidente quando disse que é um equívoco da minha parte dizer que as aulas desse curso funcionaram provisoriamente na Eprami, o deputado não viu desmentida a notícia na Rádio Vale do Minho. Disse ainda, declaração do Município: as aulas de âmbito teórico decorrerão de forma provisória nas instalações da Eprami, Polo de Monção, até se encontrar uma solução definitiva.

A Presidente da Assembleia dá a palavra ao Senhor Presidente para responder ao que lhe foi questionado.

O Senhor Presidente, tomou a palavra para dizer que faremos um comunicado amanhã dizendo a Rádio Vale do Minho, que faça notícia de que inauguraremos, no próximo ano, uma universidade politécnica da vaca cachena na Aveleira. Espero que seja noticiada tal e qual o comunicado que eu faço.

O deputado José Albano tomou a palavra, após apresentação de cumprimentos à Mesa da Assembleia, ao Executivo e Vereadores, aos Deputados Municipais e ao público presente, o deputado José Albano Esteves Domingues centrou a palavra nas intervenções dos deputados Manuel Rodrigues e Manuel Almeida, lembrando que o primeiro havia direcionado a sua interpelação à senhora Presidente da Mesa e ao senhor Presidente da Câmara, que eram, certamente, pessoas capacitadas para responder às questões postas, não necessitando que fosse o senhor deputado Manuel Almeida a responder por eles. Prosseguiu referindo todos deverem ter presente que a Assembleia Municipal não tem de se pautar por uma guerra constante entre o poder e a oposição, entendendo que todos devem trabalhar em prol do concelho, colaborando e defendendo aquilo que acreditam ser o melhor para o Município de Melgaço. A propósito da intervenção do deputado



Manuel Almeida, e das palavras que este dirigiu em resposta à intervenção do deputado Manuel Rodrigues, lembrou, ainda, que o assunto do parapente já havia sido veiculado naquela Assembleia por diversas vezes, em função do que importa, fazendo-se ou não parte dos órgãos autárquicos, estar atento, e ir acompanhando o que se passa no concelho, para depois se não fazerem intervenções despropositadas ou se vir para a Assembleia falar do que não se sabe ou se não tem presente.

Com relação à questão do ensino superior, e da resposta dada pelo senhor presidente da Câmara às intervenções dos deputados eleitos pelo PSD, o deputado José Albano Domingues principiou por lembrar que a pertinência das questões postas está patente no tempo de resposta que o senhor Presidente da Câmara lhes reservou. Acrescentou que, contrariamente ao que o Presidente da Câmara afirmou, ninguém da oposição se manifestou, fosse quando fosse, contra o ensino superior em Melgaço, sugerindo-lhe, para que não se ande alinhado com boatos, que focasse os nomes de quem, do lado da oposição, se pronunciou nesse sentido e citando as palavras nesse âmbito proferidas.

Ainda a propósito do termo “disparate”, usado pelo senhor Presidente da Câmara na resposta ao deputado Manuel Rodrigues, o deputado José Albano perguntou se era um disparate querer atrair mais cursos de ensino superior para Melgaço, se era um disparate sentir orgulho em sermos um dos poucos concelhos que haviam conseguido atrair o ensino superior, ou se era um disparate ficar-se triste por ver o vizinho concelho de Monção captar um curso, ligado à enologia e à produção de vinhos, que assentava que nem uma luva no concelho de Melgaço?

Não havendo mais pedidos de intervenção deu-se por encerrado este assunto.



Assunto n.º36	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
--------------------------------	---

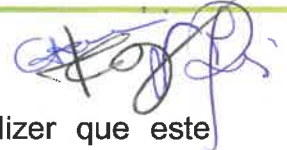
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para acrescentar alguma informação a este ponto da ordem de trabalhos se assim o pretendesse.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dar algumas notas do andamento de um conjunto de intervenções que estão a ser feitas. Mantem-se em andamento a construção da nova zona empresarial de Alvaredo, com ligeiro atraso, mas a bom ritmo; nas mesmas condições estão as obras das piscinas municipais; mantem-se em andamento, mas com alguma perturbação até para a população, as obras de requalificação da rede de abastecimento de água, aproveitando o momento para fazer a instalação de um conjunto de outras redes, nomeadamente do gás do natural, cujo reservatório de abastecimento à Vila está, neste momento, praticamente construído no Monte de Prado; continua em andamento a requalificação do Centro escolar de Pomares, uma obra de meio milhão de euros; mantem-se também em bom andamento a obra do Convento de Paderne, como todos poderão também observar. Arrancou estes dias a obra de requalificação da 1ª fase de intervenção da antiga escola primária da Vila; mantém-se também em andamento a obra da circular das Veigas, em Castro Laboreiro; Concluiu dizendo que brevemente terão o arranque da obra do Solar do Alvarinho;

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Mesa, passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

Assunto n.º 37	Análise e deliberação do acordo de germinação/carta de amizade com o Município Francês de Villeparisis.
---------------------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto.



O Senhor Presidente da Câmara, tomou a palavra para dizer que este assunto já foi falado na última assembleia. Na altura houve oportunidade de conversar sobre este assunto. Já aconteceu a aprovação em reunião de Câmara e vem à assembleia municipal para aprovação. Esta convenção com a Villeparisis será assinada em Outubro em Villeparisis.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

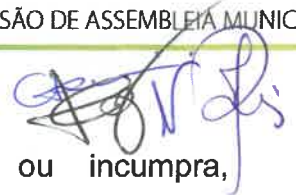
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 38	Análise e deliberação da proposta de Regulamento Municipal do Núcleo Local de Inserção (NLI).
---------------------------------	--

A Senhora Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para abordar o assunto acima referido.

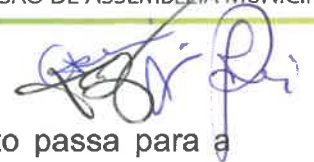
O Senhor Presidente da Câmara No âmbito das competências da assunção da competência na área social, temos forçosamente, por imposição legal, de fazer a regulamentação dos serviços. O núcleo local de inserção é um deles e a regulamentação foi levada à reunião de câmara. Fez-se uma alteração por anotação do PDS A alteração teve a ver com o art.º 7º, e foi aprovada em reunião. A redação final é a seguinte” As reuniões do NLI de Melgaço decorrerão no edifício onde se encontram instalados os serviços da ação social do município.” Foi essa alteração que foi aprovada, mas que não houve tempo de enviar para assembleia.

Tendo o deputado José Albano Domingues pedido a palavra para intervir neste ponto, concedida e no uso dela, adiantou pretender focar três pontos, um primeiro que, de acordo com o previamente já informado pelo senhor Presidente da Câmara, e após a chamada de atenção que foi feita pelos Vereadores da oposição na reunião camarária a esse propósito, já se encontrava acautelado, e que contendia com a necessidade de no artigo 7º do Regulamento se concretizar o espaço, ou instalações físicas, onde iria funcionar o Núcleo Local de Inserção, um segundo ponto que tinha a ver com a norma do artigo 12º, nº 1, alínea b), referentemente à possibilidade do NLI propor à Segurança Social a aplicação de



uma admoestação ao titular ou beneficiário que recuse ou incumpra, injustificadamente, a ação integrada no Programa de Inserção, entendendo o senhor deputado que o enquadramento dessa possibilidade na sistemática do Regulamento não é acertado, devendo a ação do NLI passar antes, e apenas, por comunicar ou dar nota dessa recusa ou incumprimento à Segurança Social, em ordem a que esta possa, depois, avaliar a aplicação da sanção que ao caso julgue justificada, e que, por ordem crescente de gravidade, poderia ir de uma simples advertência, passando pela admoestação, e terminando mesmo no corte do RSI; e um terceiro e último ponto respeitante ao previsto no artigo 16º da proposta de Regulamento, referente à regularização de decisões anteriores, e para dizer que esta norma entronca com a proibição de atribuição de eficácia retroativa às leis ou regulamentos, que, salvo raras exceções, só podem vigorar para o futuro, tendo o senhor deputado acrescentado que caso haja decisões tomadas nesta matéria em momento anterior ao da aprovação do Regulamento, certamente que o foram de forma fundamentada e com recurso a critérios objetivos, pelo que também não vê necessidade de integrar uma norma deste tipo no Regulamento em questão.

Em resposta, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e referiu que relativamente ao art.º 7º estão de acordo, esta alteração parece a todos importante e consensual. Quanto às duas outras questões que o deputado José Albano colocou, a questão de possibilidade de sanção, referiu que o que está no regulamento, não é mais do que aquilo que já estava na regulamentação. Relativamente ao acompanhamento do RSI, o que está acontecer neste caso, é que a partir do dia 1 de abril, a competência na área da ação social, passou para a câmara municipal, e portanto, aquilo que é regra de gestão de todo este processo, e referente ao núcleo local de inserção, toda a regulamentação tem de ser agora assumida, pela câmara municipal, não há aqui nenhuma alteração de paradigma, nenhuma alteração na forma de fazer, não há aqui nenhuma alteração na estrutura, apenas transcreve aquilo que é prática e regulamento para o regulamento municipal. Esta possibilidade de sanção é uma possibilidade que está no âmbito NLI, deixa de estar no âmbito da segurança social, porque a competência passou para ação social do município. Até agora a entidade máxima a decidir qualquer tipo de sanção ou mesmo a exclusão do RSI era, em última análise, assumida pela coordenadora, neste caso, pela Diretora



Distrital do Centro de Solidariedade Social. A partir deste momento passa para a nossa esfera.

Relativamente a questão da atividade também teve oportunidade de esclarecer este assunto aos senhores vereadores, na reunião de câmara. O que se passa é que desde o dia 1 de abril todos os processos e decisões foram tomados já no âmbito da transferência de competências pelo NLI assumido pela câmara municipal, e aqui quando se fala em sanar, fala-se em sanar retroativamente a essa data, a data de 1 de abril, porque a partir daí a função passou a ser nossa competência. Até 1 de abril a competência não era da autarquia, era da segurança social, agora passou para nós.

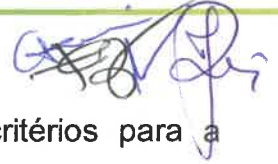
Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o assunto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º	Análise e deliberação de Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)
39	

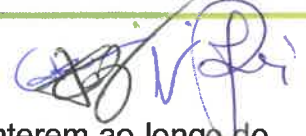
A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Câmara procedeu à explicação do mesmo, referindo que havia uma falta de uniformidade em alguns artigos. Por exemplo, no artigo 18º constava: “consideram-se atribuições da Coordenadora” e com esta uniformização, onde se lia Coordenadora passará a ler-se Coordenador/ Coordenadora, e noutras situações: Técnico/ Técnica. Foi esta a principal questão levantada pelos vereadores e do PSD, e mereceu a concordância do executivo, pois salvaguarda, de alguma forma, a igualdade de género no documento. Do ponto de vista do conteúdo, não há nenhuma alteração àquilo que foi proposto na Câmara Municipal e foi aprovado.

Neste concreto ponto da ordem de trabalhos o deputado José Albano Domingues afirmou que a bancada que representa está de acordo com a necessidade de regulamentar os serviços de atendimento e acompanhamento de pessoas e agregados familiares em situação de emergência ou exclusão social, e de



carência ou vulnerabilidade. Referiu que importa, porém, fixar critérios para a atribuição dos apoios, mormente os de ordem monetária ou pecuniária, e tal não apenas como instrumentos de trabalho para quem venha a integrar a equipa técnica e o cargo de coordenação, mas também para proteger tais técnicos ou a coordenadora do livre arbítrio ou de acusações de que possam vir a ser alvo no sentido do exercício discricionário dos poderes ou das competências que lhes são cometidas. Fez, seguidamente, uma particular chamada de atenção para o valor de 250,00 €uros, previsto no artigo 31º da proposta de Regulamento, tanto aplicável à pessoa individual como ao agregado familiar, e que, neste último caso, sendo o agregado composto por duas ou mais pessoas, pode vir a revelar-se perfeitamente exíguo, bem como para o previsto no artigo 32º, do qual promana que em casos excepcionais podem ser atribuídos, por deliberação da Coordenadora, apoios em número superior ao previsto no nº 2 do artigo anterior, desde que devidamente fundamentados pelo SAAS. Perguntou, depois, se o que aí se queria escrever era “apoios em número superior” ou antes “apoios de valor superior”, e, em 2º lugar, se não se deveria estabelecer uma baliza, ou moldura, com valores mínimos e máximos, que possam, precisamente, ajudar e proteger quem tem a incumbência e a responsabilidade de decidir. Finalmente, e no que respeita ao artigo 38º, nº 2, norma que condiciona a proposta de deferimento ou indeferimento à existência de meios financeiros inscritos no orçamento municipal, o deputado José Albano Domingues afirmou que não faz sentido que um cidadão apresente uma candidatura, tenha de lhe incorporar diversa documentação, seguindo um *iter* procedimental certamente trabalhoso, moroso e burocrático, sujeitando-se à triagem e escrutínio, e, a final, veja o seu pedido indeferido tão-somente porque já não há verbas disponíveis para os apoios nesta matéria. Disse que a transferência de competências do governo central para os Municípios em matéria de ação social tem de ser acompanhada pelos meios financeiros necessários à sua execução, relembrando, por último, que para os casos de esgotamento das verbas subsiste a possibilidade de se proceder a uma revisão orçamental, reforçando os montantes nesse campo.

Em resposta o Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção, começando pela última questão colocada pelo deputado José Albano, do atentado á igualdade. Procuramos não o fazer, aliás dizer que já tivemos oportunidade aqui de lançar

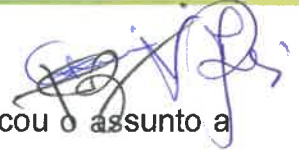


iniciativas no âmbito da igualdade que são iniciativas para se manterem ao longo do mandato e não se isolam ao longo do nosso trabalho. Relativamente as questões colocadas, foram todas elas corrigidas.

Depois voltando as questões mais de conteúdo do próprio regulamento, quando referiu o art.º 31º no montante dos apoios, dizer-lhe que sim, que há um valor estabelecido, e isso tem de existir em qualquer regulamentação de apoio. Mas, o artigo é claro: “os apoios monetários contemplados no presente regulamento, salvo casos excepcionais, e devidamente fundamentados”, portanto está aqui assegurado o total. Se houver necessidade de um apoio superior ao valor estabelecido, ele será considerado. No ponto 2 fala-se do número de apoios, que são 5 ao longo do ano.

No art.º 32º a questão que se coloca é mesmo do número de apoios, porque o valor já está salvaguardado no art.º 31º, portanto no art.º 32º o que se estipula, em casos excepcionais devidamente fundamentados, é que o município pode deliberar atribuir apoios em numero superior. Está-se a falar do número de apoios, que são 5 anuais mas, está aqui perfeitamente salvaguardado que esse número poder ser diferente do que está aqui estabelecido.

Quanto ao art.º38º, onde se fala da questão orçamental, também aqui, temos de estabelecer metas orçamentais, também aqui temos de criar rubricas com valores bem definidos no orçamento. Não significa que esgotada essa verba orçamental, não se possa fazer uma alteração orçamental. Portanto, nem sequer tem de vir à Assembleia Municipal, é uma alteração orçamental que, de forma prática, se pode fazer, e já se tem feito. Lembrou o que aconteceu nos anos 2020 e 2021, em período de pandemia, onde, perante as necessidades sociais que se percebiam, foi necessário criar linhas de apoio às famílias. Criaram-se e atribuíram-se, com reforço de verbas em rubricas na área do social, os apoios considerados necessários para acudir às necessidades das famílias. Este ano tivemos de o fazer para acolher refugiados ucranianos. Aqui no nosso território, tivemos também de deitar mão dessa capacidade de reforçar verbas e de fazer o apoio às populações, portanto, no caso de haver necessidade de reforçar valor na verba atribuída em orçamento, jamais ficarão por apoiar as pessoas, no caso de ser necessário fazer esse apoio. Portanto, isto está absolutamente aqui contemplado.



Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o assunto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 40	Análise e deliberação da proposta da alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano da Vila de Melgaço.
---------------------------------	--

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Câmara procedeu a uma breve explicação do mesmo. Nesta semana terão uma reunião decisória em relação ao plano de pormenor do Peso e ao plano de pormenor das Carvalhiça e, portanto, depois dessa reunião estaremos em condições de colocar os respetivos planos em discussão pública, para serem aprovados.

Mas dar nota que foi criada este ano e até abrangia uma área da Vila muito significativa, mas, entretanto, houve aqui necessidade de fazer esse alargamento, e de uma forma muito concreta, essa necessidade foi colocada pelo, Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Esta não estava incluída na ARU, e com a intervenção onerosa, pesada, que vai ser feita no lar, a diferença entre um IVA de um de 23% ou um IVA de 6%, é expressiva na obra e, portanto, atendemos este pedido. É claro que agora, com este alargamento que abrange realmente todo o quarteirão onde está inscrita a Santa Casa da Misericórdia, o Lar Pereira de Sousa e outras habitações ficam incluídas na ARU, mas de uma forma muito concreta, esta situação ficará salvaguarda.

Na intervenção que fez neste ponto da ordem de trabalhos o deputado José Albano Domingues principiou por dizer que duas das questões que tinha para colocar ao senhor Presidente da Câmara já haviam sido por ele respondidas quando apresentou este assunto à discussão, questões essas que contendiam com o que é que concretamente havia conduzido à necessidade deste alargamento da Área de Reabilitação Urbana da Vila e tão só cerca de dois anos após a sua aprovação, e, por outro lado, se tal alargamento não era, precisamente, para abarcar as valências

infantis e o Lar Pereira de Sousa, da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, que, a seu ver, são os únicos equipamentos coletivos que existem na área que agora se pretende incluir na ARU. Questionou, todavia, o porquê de somente agora tal área ter sido incluída. Afirmou, por fim, que não obstante a sua bancada ir votar a favor, entendem, quanto ao quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais (com os quais disse concordarem e que apenas pecam por defeito), que aí não deveria constar a majoração de 30% para os prédios devolutos ou degradados, medida que entendem como castrante e que, a seu ver, não constitui qualquer incentivo, apoio ou subsídio, mas antes um castigo imposto por decisão política local.

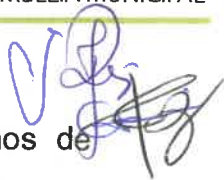
Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o assunto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 41	Análise e deliberação da Proposta da declaração de utilidade pública, com carácter de urgência, das expropriações dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra “Fase 2 e 3 da Zona Empresarial de Alvaredo”
---------------------------------	--

A Presidente da Assembleia referiu que foi enviado um documento para todos os deputados e o Senhor Presidente da Câmara fez a introdução ao mesmo dando nota prévia, de que evoluímos bem na realização das escrituras relacionadas com a primeira fase, e ainda ontem houve a oportunidade de fazer uma série de escrituras, onde esteve presente o Vice-presidente. Estamos a evoluir bem nessa matéria, de forma a que possamos concluir esta primeira fase também nesta área, que são as escrituras de aquisição dos terrenos, embora tenhamos dois proprietários, que não aceitaram a negociação com o município e, são as parcelas destes dois proprietários que neste momento estão em processo judicial.

Os outros proprietários, todos eles têm acordado fazer negócio com o município e as escrituras continuam a acontecer.



Felizmente, porque temos procura para o solo industrial, precisamos de avançar rapidamente com a segunda fase. Aqui fala-se de segunda e terceira fase, porque tínhamos o projeto distribuído em três fases e, portanto, precisamos de avançar para essa segunda fase. Trazemos aqui precisamente isso, a declaração de utilidade pública de todo o resto da zona empresarial, segunda e terceira fase. Depois desta aprovação, também com o arranque das aquisições dos terrenos da segunda fase, quando houver financiamento, e esperemos que brevemente, possamos arrancar com essa mesma obra.

Tendo pedido a palavra, e no uso dela, o deputado José Albano Esteves Domingues afirmou que a declaração de utilidade pública é positiva para o Município de Melgaço, porquanto permite acelerar e agilizar os procedimentos e queimar etapas. Disse, também, que a Zona Industrial é uma infraestruturas que os eleitos pela Oposição vêm reclamando desde há, pelo menos, uns dezasseis anos a esta parte, sendo por aí que se poderá atrair investimento para Melgaço, criar emprego e produzir riqueza. Acrescentou que, não obstante isso, se deve continuar a promover a tentativa de aquisição dos prédios inseridos nas novas Fases pela via negocial. Prosseguiu dizendo terem presente que a necessidade do alargamento da Zona Empresarial de Alvaredo resulta da insuficiência ou esgotamento do espaço físico compreendido na 1ª Fase, atendendo aos lotes nela previstos e que, após o seu redimensionamento, passaram de onze para apenas cinco. Tendo presente, porém, a necessidade da alteração dos projetos, do caderno de encargos, das obras físicas, com redesenho dos lotes, o deputado questionou o senhor Presidente da Câmara no sentido de serem esclarecidos sobre se já se tratou de acautelar a posição do Município, enquanto dono da obra, mediante a celebração de contratos-programa, ou contratos-promessa, com as empresas que demonstraram interesse em se instalar na Zona Empresarial de Alvaredo, e que provocaram este redesenho ou redimensionamento da Fase 1, para depois não se cair na situação de tais empresas poderem vir a desistir das intenções de investimento e o Município acabar por ficar com lotes de área ou dimensões e implantação que não respondem às necessidades de outros, potenciais, interessados.

Em resposta ao senhor deputado José Albano, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, para primeiro dizer que privilegiamos sempre o negócio



direto amigável com os proprietários. Estamos com dificuldades em negociar com dois proprietários num universo de 70 ou 80.

Relativamente ao redesenho do loteamento, sim tivemos que redesenhar um deles. Isto aconteceu porque as empresas que nos batem à porta têm dimensões específicas, que não cabiam no loteamento desenhado para a candidatura.

Na altura, não tínhamos noção de que empresas viriam bater-nos à porta, da dimensão das fábricas que pretendiam construir, portanto, desenhámos o loteamento dessa forma e agora trazemos aqui para ser aprovada.

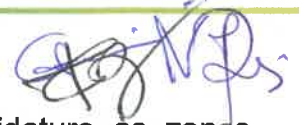
Relativamente ao compromisso das empresas, sim, dos cinco lotes que neste momento vão constituir esta primeira fase, quatro empresas têm compromissos assinados com o município, têm contratos de promessa para os lotes com os municípios. Só poderemos passar do contrato promessa, para as escrituras depois de termos feito a aquisição dos terrenos. Depois de termos registado o loteamento teremos condições para fazer a escritura dos terrenos com cada um dos empresários que querem instalar as suas fábricas cá. É por isso que se avança já com uma segunda fase. Há interesse em instalação de empresas que passam para além desta capacidade, e por isso temos de acelerar a segunda para podermos acautelar que outras empresas se possam instalar também no nosso território.

Não havendo outras intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o documento à votação, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 42	Análise e deliberação da Revisão orçamental nº2 de 2022.
---------------------------------	---

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Câmara começou por explicar a revisão orçamental, bem como, duas intervenções, a dois projetos importantes para o município, primeiro, a zona empresarial de nova geração e a obra da requalificação e ampliação da escola primária de Prado. Na Assembleia para a aprovar o orçamento, em Dezembro de 2021, tínhamos recebido,



na véspera, a informação de que tinha sido aprovada a candidatura às zonas empresariais nova geração. Uma das três candidaturas aprovadas no norte do país foi a de Melgaço, e na altura não tínhamos condições para colocar no orçamento, até porque não sabíamos se seria ou não aprovada a candidatura.

Temos agora de a incluir no orçamento, fazer a abertura da rubrica para essa empreitada, para essa obra de grande envergadura.

Somámos a esta obra, a obra da requalificação e ampliação da escola primária de Prado, para ela se transformar numa zona de alojamento para estudantes.

Para podermos acomodar estas duas obras no orçamento deste ano, tivemos também, de fazer um trabalho orçamental de retirada de valor, não para este ano, mas para anos subsequentes, do valor de duas obras: a Casa da Cultura e a conclusão do segundo campo no Centro de Estágios de Melgaço, é uma operação meramente orçamental que é necessário fazer. Não significa que abandonemos estas duas obras, temos de fazer esta operação orçamental no próximo orçamento. Estas duas obras que agora ficam sem valor, serão novamente consideradas para que as possamos vir a fazer.

Na intervenção a este propósito o deputado José Albano Domingues afirmou estarem de pleno acordo com as obras cuja cabimentação orçamental, plurianual, agora se pretende salvaguardar no orçamento, sejam as incluídas na Zona Empresarial de nova geração, sejam as de requalificação da antiga Escola Primária de Prado. Antecipando, porém, aquele que iria ser o sentido de voto da sua bancada, apresentou como justificativos de tal sentido de voto não apenas uma questão de rigor orçamental, mas também por ser um facto que já em momento prévio ao da aprovação do orçamento e plano de atividades para o ano em curso, como o senhor presidente da Câmara acabou de admitir, se falava das obras cuja inscrição no orçamento agora se pretende, em função do que a rubrica correspondente já se poderia ter deixado aberta, mesmo que por valores reduzidos. Justificou, ainda, o sentido de voto por entenderem que se deveriam procurar instrumentos orçamentais alternativos, que não passassem pela redução, drástica, das verbas previstas para a requalificação dos espaços da Casa da Cultura, uma infraestrutura que reputam como essencial na perspetiva da oferta cultural, do bem-



estar, e do lazer para as gentes de Melgaço, e cuja concretização há muitos anos reclamam.

Em resposta ao Senhor deputado, José Albano Domingues, o Senhor presidente da Câmara, iniciou a sua intervenção dizendo que, relativamente ao ser previsível, ou não previsível, a obra das zonas empresariais de nova geração, ele diria que perante as candidaturas que estavam em cima do terreno, lembro que na altura fomos a primeira fase com 38 candidaturas, passamos a segunda fase com 8 Municípios, entre os quais estavam, Chaves, que acabou por ser aprovado, Vila Real, que acabou por ser aprovado, em terceiro lugar, embora não com a total cobertura de custos, Guimarães, Famalicão, Braga, e portanto, não tínhamos, nem de longe nem de perto, certezas. Tínhamos uma hipótese de que as coisas pudessem acontecer mas, não tínhamos garantias.

E quando estamos a falar de um investimento da ordem dos 13, 14 ou 15 milhões de euros, e sem certezas, era muito difícil trabalhar orçamentalmente esta questão, e, portanto, não o fizemos. Temos a sorte de estar a trabalhar agora, porque conseguimos chegar a bom porto com a candidatura.

Dizer-lhe que explicou essa questão quando fiz a apresentação do tema, relativamente à casa da cultura, não há um abandono do projeto, há aqui uma necessidade, de operação orçamental. E queremos claramente que esse projeto seja feito no mandato, é um projeto importante para o Município, a revitalização, a requalificação da casa da cultura, quer do lado da biblioteca que precisa de ser ampliada, quer do lado do auditório, que não precisa ser ampliado, precisa de ser deitado abaixo e reconstruído. É um projeto que temos há uns anos para requalificar este espaço. Não há nenhum tipo de abandono em relação a esse projeto e essa obra. Há necessidade aqui de fazer este trabalho orçamental, e, como disse, também no orçamento do próximo ano, acautelaremos de novo esse projeto. Quanto ao que referiu de retiramos o segundo relvado, ele está neste momento em condições de ser feito uma terraplanagem, aproveitando também um conjunto de obras e, sobretudo, a obra da zona empresarial que está praticamente concluída. Retiramos também, como digo, por necessidade orçamental. Depois recolocaremos no orçamento essa obra também.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o assunto a votação, sendo aprovado por maioria com oito abstenções.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 43	Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2021
---------------------------------	---

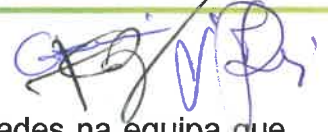
A Senhora Presidente da Mesa deu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir este ponto da ordem de trabalhos antes de o colocar à discussão. O senhor Presidente da Câmara começou por referir que consolidação é aquilo que a lei nos exige e que, depois de aprovadas as respetivas contas de cada uma das entidades e do próprio município, terão de ser aprovadas em Assembleia Municipal. Depois de uma apresentação das contas a toda a Assembleia, a Presidente da Mesa abriu o período de intervenções.

O Senhor Deputado Pedro Silva iniciou a sua intervenção, cumprimentando a mesa, o executivo, os restantes deputados e o público presente.

Antes de mais, esperava do Senhor Presidente uma análise mais profunda das contas, mas não estamos a falar só sobre consolidação de contas. Também se trata das contas das empresas municipais, que, segundo o deputado, mereceriam também algum respeito e alguma análise mais cuidada, por parte do executivo, fazendo uma apresentação aos senhores deputados.

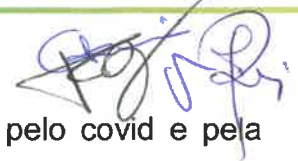
Sempre que recebemos estes documentos, tem a esperança de ver contas saudáveis e pujantes, e que a atividade das Termas, e da Melsport, materialize todo o potencial que estas valências têm, e que consolidem a sua atividade, mas não, não é isso que tem acontecido. Isto acontece pelo quinto ano consecutivo, e todos os anos as contas não espelham essa realidade. Então nos dois últimos anos foi muito pior, sabe-se que muito foi por causa da pandemia e de outros fatores, mas a pandemia condiciona a na nossa vida, mas não pode ser o único fator que justifique estas quebras.

Fazendo uma análise sobre a forma e também sobre o conteúdo. Sobre a forma desconhece se houve alguma alteração na equipa que elabora os



documentos, se houve aqui alguma passagem de responsabilidades na equipa que elabora os documentos. Mas notou que algumas alterações a nível dos quadros relativamente aos anos anteriores, e na sua opinião, aqui alguma degradação da qualidade dos documentos que foram apresentadas. Coloca-se uma questão de transparência e facilidade de leitura, por exemplo, em anos anteriores existia um quadro no qual se espelhava os fluxos financeiros entre as partes, e esse quadro não está presente no documento, sendo difícil ler alguns dos números sem essa ajuda. Desconhece se houve alguma alteração na estrutura do documento, por algum imperativo legal mas, desta forma, é difícil interpretação. Assim sendo, passou a colocar algumas questões sobre alguns valores que, sem o quadro acima referido, não conseguiu encontrar.

Sobre a MelSport, analisadas as contas viu que houve um decréscimo de quase 50%, no volume das vendas, em 2020. Entende-se a situação porque foi o pico da pandemia. Em 2021, ano em que já todos estaríamos ajustados a esta nova realidade, acredita que a pandemia, não poderá justificar uma quebra tão grande. Continuamos com o contrato programa, entre o município e a Melsport, que no ano de 2021 justifica 278 000 euros, devido à exploração, num total de 772 000 euros de ganhos. Já há alguns anos em que o apoio direto ou indireto do Município ascendeu a mais de 500 000 euros, por falta do quadro que referiu, não consegue chegar a este valor e colocava já a primeira questão: no total das vendas da Melsport, qual é o qual é o valor que foi faturado entre a Melsport e o Município? Para além dos subsídios a exploração que já referiu, salta à vista também, um aumento brutal no custo das matérias vendidas e consumidas, e aqui, estamos a falar de um aumento de quase 50%, o que em termos de política de gestão ou de rigor nos deixa algumas considerações e reflexões a fazer. Porque é que este valor aumentou tanto no ano de 2021, ainda não tínhamos uma pressão inflacionária assim tão grande? O custo dos combustíveis em 2021, não parece que possa justificar este aumento tão grande. Se houve aqui algum um fator que tenha levado a que este número tenha crescido tanto, gostaria de saber qual foi. Depois deixou também à consideração que 2020, 2021 foram maus, mas não podemos, logo num relatório de gestão, perspetivar que 2022 vai continuar a ser mau. Isto porque estamos num relatório de gestão e já se está a arranjar uma desculpa para 2022, referindo-se que pouco



vamos crescer, e já estamos à partida condicionados outra vez pelo covid e pela guerra entre Ucrânia e a Rússia.

Colocou, de seguida, outra questão: se houve uma quebra na atividade da Melsport, e durante o período em que pensa que tenha estado fechada, porque é que não recorreram ao layoff? Se não recorreram, houve alguma questão legal para não o fazerem, porque os custos com o pessoal mantiveram-se na mesma grandeza dos anos anteriores?

Relativamente à Curae Aquae que e às Termas do Peso, continuam numa situação, digamos, anorética, e quase a definhar. A dívida a fornecedores disparou de um ano para o outro, num valor de quase 500 000 euros, e continua em cima da mesa a ameaça de dissolução da empresa municipal, por causa dos resultados negativos dos últimos 3 anos.

Em resposta ao Senhor deputado Pedro Silva, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, começando por fazer uma referência à questão da forma do documento. A estrutura de contas que este ano se apresenta é exatamente a mesma que se apresentou no ano passado. A adaptação do novo sistema, no ano passado, levou a ter esta estrutura e simplesmente mantêm-se a mesma neste ano. Relativamente às empresas, o Deputado Pedro Silva, referiu a Melsport, e as Termas, não viu nenhuma alusão às Quintas de Melgaço.

Começando pela Melsport, o deputado perguntou se houve ou não houve layoff. A resposta é não e lembrou que essa questão já fora aqui abordada. Em 2021 a Melsport, teve layoff e conseguiu o valor que foi possível. Relativamente à transferência de valores para a Melsport, elas têm a estrutura que foi também aqui aprovada em Assembleia Municipal, que é o contrato programa, entre o município e a respetiva empresa. Este permite a transferência de 243 000 euros, e um contrato de arrendamento, que permite transferência de 300 000 euros. Estes são os valores de que foram transferidos, e que estão aqui absolutamente estruturados pelos dois documentos, foram aprovados em Câmara, e Assembleia Municipal.

A atividade da Melsport quer em 2020, quer em 2021 teve uma redução significativa pela necessidade de fechar e reduzir a atividade nesses 2 anos. Este ano estamos com uma situação diferente, não há constrangimentos, e portanto, esperemos que a Melsport possa ter uma atividade superior aos anos anteriores com as condicionantes que houve.



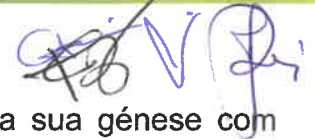
Relativamente às termas, o deputado referiu que elas têm pouca faturação. Também elas estiveram condicionadas durante estes 2 anos, para além dos condicionalismos naturais que todos sabemos. Neste momento o hotel está a crescer, e no próximo ano esperamos poder inaugura-lo. Acreditamos que a partir daí as Termas terão uma condição e uma capacidade de faturar e de reativarem, de forma completamente diferente, a sua atividade.

Paralelamente a isto é necessário fazer uma intervenção energética nas Termas. Elas têm, nesse aspeto, problemas graves, e precisamos de fazer uma conversão energética nas termas, para que as mesmas sejam minimamente sustentáveis. Este trabalho está a ser também pensado pela empresa para que a operação não seja penosa para os privados como está a ser. As Termas não pesam para a Câmara Municipal, elas pesam para os privados.

Pediu a palavra o deputado Manuel Rodrigues, referindo que a sua intervenção é sobre a Curae Aquae. Percebeu que o Presidente acredita que no futuro irá funcionar e ele também quer acreditar. Todos sabem que devemos antecipar, programar e planear, por isso questiona: a empresa já tem um plano robusto de negócios, para o próximo triénio? E tem um produto criado para poder vender e promover, nacional e internacionalmente? É que a caça de espera acabou, ou se é proactivo e vamos procurar mercados e apresentar o produto, ou não vale a pena. Quando o hotel estiver a funcionar, se funcionar daqui a um ano, já terão que ter produto para colocar no mercado. A situação também é preocupante porque os auditores propõem a dissolução, e espera que essa situação não aconteça de nenhuma forma. A nível financeiro, a empresa também deveria criar um plano porque a dívida a fornecedoras anda na ordem dos 500 000 euros. Nesta altura, para quem se propõe ainda fazer investimento, parece muito pesado. Portanto, considera, que esta empresa deveria merecer uma especial atenção.

E como referiu, criar um plano de negócios robusto, criar um produto, pôr uma equipa a promover o produto, a vender, porque quando hotel começar a funcionar, a empresa terá de ter algo consistente para oferecer.

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, para responder às questões que lhe foram colocadas pelo Senhor deputado Manuel Rodrigues. Iniciou por dizer que de caça não percebe nada.



Mas, quanto a produtos, as termas estão estruturadas desde a sua gênese com produtos concretos. Portanto, não se pode inventar produtos quantos estes estão bem desenhados, seja o produto piscinas que é um produto mais transversal, sejam cada um dos outros produtos que estão instalados no balneário. Não tem dúvidas que a empresa e, sobretudo os empresários, são os primeiros a ter interesse em que a operação tenha sucesso e, portanto, com os produtos que têm, a empresa tem todas as condições de vir a captar públicos. Mas, para captar públicos, tem que ter ao lado aquilo que ainda não tem. Todos sabem que nem no nosso país nem fora do país, nenhuma operação termal funciona sem hotel. Se percorrermos o país, e virmos quais são as operações mais bem-sucedidas neste momento, todas elas têm uma operação hoteleira integrada ou ao lado, portanto, a empresa, os empresários, estão interessadíssimos em que a operação funcione, em que a operação dê lucro e por isso aguardam pelo hotel. Podem-se fazer campanhas, a empresa pode continuar a tentar trazer públicos, mas é muito complicado fazer isto de forma desarticulada da operação hoteleira e, portanto, o que esperamos é que rapidamente a operação hoteleira entre em funcionamento para que tudo isto comece a funcionar devidamente.

A questão da dissolução está salvaguardada. E é verdade que os nossos consultores não poderão dizer outra coisa perante os resultados, mas vai-se mantendo a operação. Vamos de forma articulada com os nossos parceiros privados, aguentando a operação, e uma vénia, já o disse anteriormente, uma vénia ao parceiro privado, pela capacidade de resiliência que tem tido nesta operação. Mas, salientou, que a resiliência acontece precisamente porque há expectativas altas em relação à operação no período subsequente à inauguração do hotel.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa, colocou o assunto a votação, sendo aprovado por maioria, com 8 votos contra do PSD.

As bancadas do PS e PSD ficaram de apresentar declarações de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º 44	Intervenção do público
---------------------------------	-------------------------------

A Presidente da Assembleia, questionou se alguém presente no público, queria intervir.

Não houve pedidos de intervenção.

Agradeceu a todos a participação nesta reunião e desejou um bom fim de semana a todos.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 12:00 horas, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente

António José Gomes Nabeiro

António José Gomes Nabeiro
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa

Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa
2.ª Secretário da Mesa da Assembleia

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD SOBRE O SENTIDO DE VOTO**EXPRESSO QUANTO À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2021 DO GRUPO MUNICIPAL DE EMPRESAS.****26/06/2022**

O grupo empresarial do Município constitui um ativo valioso para os Melgacenses e que deve ser respeitado com as melhores opções de gestão e da sua promoção para ter uma vida empresarial sadia e um rumo e futuro estável e consolidado.

Como se trata de facto 3 empresas estratégicas para a promoção do território não se deve permitir que se descure a sua sustentabilidade *per si* ou se coloque a sua existência a médio/longo prazo numa incerteza que nada beneficiaria os munícipes melgacenses que nelas investem todos os anos.

É nossa responsabilidade enquanto eleitos, analisar as contas consolidadas apresentadas pelo executivo, fazer a análise individual à situação de cada uma das empresas, e ainda, perante as interpelações colocadas e as respostas dadas pelo executivo na Assembleia Municipal de 25.06.2022, deixarmos as seguintes considerações:

Melsport:

- A Melsport teve em 2020 e 2021 uma brutal redução da sua atividade, refletida em quebras nas vendas superiores a 50%.
- Teve um prejuízo de 98.592 mil euros derivado desta quebra enorme nas vendas da empresa.

Esta redução e degradação das contas é explicada em 2020 pela pandemia Covid 19, mas que nos afigura de difícil justificação para 2021 dado o alívio das restrições e o natural ajustamento que todos fizemos nas nossas vidas e que levaram já a uma certa normalidade em 2021. O relatório de gestão assim o justifica, e lança até já uma desculpa para o que vai ocorrer em 2022, com a mesma justificação e acrescentado os efeitos da guerra no leste da Europa.

- Continua a ter uma dependência exagerada do seu acionista – o Município, pois vive de 278 mil euros de Subsídios à exploração e de faturação de serviços a este mesmo Município na ordem dos 300 mil euros
- De um total de ganhos de 772 mil euros, 578 mil têm origem no seu acionista, o que não contribui para o equilíbrio comercial que deveria ser apanágio da boa gestão da Melsport.
- Este valor representa que o Município compra diariamente à Melsport um valor de serviços a rondar os 2 mil euros.
- Cada Melgacense tem que contribuir, do orçamento municipal, anualmente, com mais de 70 euros para sustentar a atividade da Melsport.
- O dia que o Município não possa fazer face a este valor, a continuidade e a existência da Melsport será colocada em causa.
- É necessário que o executivo prossiga ativamente uma política de independência da Melsport face ao município, de equilíbrio ao nível da política comercial da Melsport e de sustentabilidade das boas contas da empresa.

Curae Aquae:

- As Termas de Melgaço ano após anos continuam numa situação "anoretica", com funcionamento intermitente e sem conseguirem potenciar a sua atividade termal e turística.
- Mais um ano passado, e mais um ano de prejuízos, com o parceiro privado a continuar a injetar capital para cobrir esses prejuízos.

Até quando é que será sustentável tal situação para qualquer parceiro privado que tenha esta parceria com o Município?

- Continua a empresa numa situação de obrigatoriedade de dissolução, emanada das alíneas a) e d) do nº 1 do artº 62 da Lei 50/2012, uma vez que tem mais de 3 exercícios anuais de Resultados Líquidos Negativos e com as vendas a não cobrirem 50% dos custos.

Tal é do conhecimento do executivo e ficamos naturalmente preocupados com o futuro das Termas e com todos os investimentos realizados e a realizar no parque termal, e com tudo o que as Termas poderiam representar, com o seu bom funcionamento, para o futuro do Concelho de Melgaço.

Pelo exposto, o nosso voto é contra.

O Grupo Municipal da PSD.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 09 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 25 de Junho de 2022: “Análise e deliberação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2021”

O Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente o assunto em questão.

Dado tratar-se de um documento essencialmente contabilístico foram essenciais, para a nossa bancada, os pareceres técnicos emitidos sobre o assunto pelos auditores e que a seguir transcrevemos:

“...as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Melgaço em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo de acordo com o sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas”.

“...o relatório de Gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais”.

Pelo exposto não temos dúvidas que os documentos em discussão, neste ponto da Ordem de Trabalhos, refletem com transparência e verdade a situação contabilística do Grupo Municipal, pelo que não existem dúvidas no voto favorável da bancada do Partido Socialista.

Melgaço, 26 de Junho de 2022

pel' Grupo Municipal do Partido Socialista